

Como surgem sociedades divididas?*,**

How do divided societies come about?

Rudolf Stichweh, Forum für Internationale Wissenschaft,
Universidade de Bonn (Alemanha)

Traduzido por José Vitor Silva Barros^a

Resumo O artigo analisa forças divisivas nas sociedades contemporâneas e as conecta às esperanças incumpridas oriundas das revoluções do início da modernidade: as esperanças por igualdade, liberdade e fraternidade/solidariedade. Antes de tudo, no século XXI, podemos dizer que há desigualdades persistentes que emergem em todos os sistemas funcionais da sociedade e tornam-se divisivas assim que eclode uma cisão descontínua na distribuição de ganhos. Cisão esta que torna improvável que alguém se movimente de um lado ao outro da distribuição. Em segundo lugar, há fortes dependências assimétricas vinculadas a um aumento dos controles por parte de pessoas e grupos que controlam recursos desejados por outros; essas dependências, por sua vez, fortalecem o acréscimo dos controles dos primeiros sobre os últimos, seja sobre ações, comunicações, opções de saída e/ou modos de perceber o mundo. Quanto maiores as dimensões de controle presumidas numa relação social dada, mais fortes e pervasivas as dependências assimétricas, as quais separam a sociedade entre aqueles que exercem controles e aqueles que são objeto de controle. Há ainda, em terceiro lugar, como estrutura de divisão, a ascensão da polarização sociocultural. Ela cria uma cisão entre subcomunidades significantes de uma sociedade, o que possibilita que comunidades percebam os membros de outras como perigosos e estranhos aos valores e formas de vida considerados essenciais para a própria comunidade. O artigo explica, por fim, tais divisões societais ao estudá-las como formas de inclusão e exclusão. Desigualdades advêm de acumulação nas dinâmicas de inclusão dos sistemas funcionais; dependências assimétricas emergem em instituições e grupos que absorvem pessoas excluídas de participações relevantes em experiências e cursos de ação; polarizações baseiam-se nas

* Tradução brasileira do artigo “How Do Divided Societies Come About?” publicado originalmente no livro *The Future of the Liberal Order: The Key Questions*, editado por Helmut K. Anheier em 2022 para a editora Routledge.

** Agradeço a Helmut Anheier e Rudolf Stichweh pela concessão dos direitos de tradução, a Leopoldo Waizbort pela revisão e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelas bolsas de mestrado e para estágio de pesquisa no exterior.

a Mestrando em Sociologia (Teoria Sociológica) na Universidade de São Paulo.

exclusões recíprocas e totalizantes pelas quais comunidades definem membros de outras comunidades como “outros” radicais.

Palavras-chave Sociedade Dividida. Desigualdade. Dependência Assimétrica. Polarização Sociocultural. Inclusão e Exclusão. Estranhos.

Abstract *The paper looks at divisive forces in contemporary societies and it links them to the unfulfilled hopes of the revolutions at the beginning of modernity: the hopes for equality, freedom and fraternity/solidarity. There are, first, in the 21st century situation, persistent inequalities that emerge in all the function systems of society and become divisive as soon as there arises a discontinuous split in the distribution of rewards, a split that makes it improbable that someone might switch from one to the other side of a distribution. There are, second, strong, asymmetrical dependencies that are connected to an escalation of controls by which persons and groups control resources wanted by others and furthermore build up controls regarding the actions, communications, exit options and ways of perceiving the world being available to these other ones. The more control dimensions are implied in a specific social relation, the stronger and more pervasive asymmetrical dependencies become and then definitely separate in society those who exercise controls from those who are objects of control. There is, third, as a structure of division the rise of sociocultural polarization that creates a split between significant subcommunities of a society, on the basis of which communities perceive the members of other communities as strangers and as dangerous for the values and life forms one regards as essential for one's own community. The paper finally explains these societal divisions by studying them as forms of inclusion and exclusion. Inequalities come from cumulations in the inclusion dynamics of function systems; asymmetrical dependencies emerge in institutions and groups that absorb persons that are being excluded from relevant participations; polarizations are based on reciprocal and totalizing exclusions by which communities define the members of other communities as radical 'others'.*

Keywords *Divided Society. Inequality. Asymmetrical Dependency. Sociocultural Polarization. Inclusion and Exclusion. Strangers.*

A ASCENSÃO DA MODERNIDADE GLOBAL

Quando Émile Durkheim publicou *De la division du travail social* em 1893, a “divisão” que analisava era a “divisão do trabalho”, e a divisão do trabalho, ou “solidariedade orgânica” – conceito central de seu livro –, não é de modo algum “divisiva”, mas sim a mais importante força a produzir cooperação na sociedade moderna. As transformações da sociedade moderna consolidaram as estruturas

contemporâneas da “diferenciação funcional” a partir da solidariedade orgânica (Stichweh, 2013), e cabe reiterar que a diferenciação funcional não é de modo algum divisiva. Ela estabelece relações de complementaridade e texturas ricas de interação entre sistemas funcionais. Provavelmente, a mais importante dentre essas estruturas integrativas é a separação de indivíduos e de suas carreiras em relação aos sistemas funcionais. Indivíduos não vivem dentro ou pertencem aos sistemas funcionais. Em princípio, todos os indivíduos estão incluídos em todos esses sistemas. Padrões de participação nos sistemas funcionais, no entanto, variam de indivíduo a indivíduo, e é a diversidade desses padrões que provavelmente gera as fortes forças integrativas da diferenciação societal [*societal differentiation*]. Porém, há muitos outros aspectos a se considerar. Um deles é a representação que cada sistema funcional faz dos demais sistemas funcionais por meio de estruturas especializadas e de mecanismos cognitivos: por exemplo, as políticas [*policies*] de um sistema que regulam outro, a diferenciação dos mercados que lidam com especificidades de outros sistemas funcionais, as perspectivas cognitivas que a ciência inventa para compreender as idiosincrasias dos demais sistemas funcionais e daí transformar essa compreensão em disciplinas internas à ciência, os *corpora* especializados do direito. Tanto a diversidade de inclusões individuais quanto a multiplicidade de perspectivas representacionais (dos sistemas funcionais sobre seus pares) são boas opções para compreender a integração da sociedade.

Há fortes forças divisivas na sociedade moderna, em todo caso. É o objetivo deste artigo prover um panorama sistemático dessas forças de divisão com uma interpretação focada na sociedade mundial do início do século XXI. Porém irei localizar essas divisões em circunstâncias que eclodiram durante a gênese da sociedade moderna, no fim do século XVIII, e em promessas incumpridas e valores não praticados que podem ser vistos como constitutivos da autocompreensão da sociedade moderna. Há três desses valores e promessas. E os três estão atados fortemente, em sua semântica, à autodescrição da Revolução Francesa.

As três promessas que identificamos com a Revolução são igualdade, liberdade e fraternidade/solidariedade, muito embora a consolidação semântica da fórmula tripartite só tenha ocorrido depois dos anos 1790, mais ou menos de 1848 em diante (Ozouf, 1997). Os três termos da fórmula são valores ou promessas ou, ainda, preferências. Eles obviamente não descrevem realidades. Mas, como valores, são indicativos da significativa transformação semântica que é característica da modernidade. Inscrevem-se num registro geral e não se limitam à França.

Na sociedade moderna, observadores não têm mais capacidade nem vontade de admirar a desigualdade e venerar pessoas com alto status social. Em vez disso,

preferem a igualdade. Além disso, desde o século XVIII, não há mais recursos semânticos extensivos à disposição para possibilitar a articulação comunicativa de preferências pela dependência face à liberdade. A educação dos jovens não é mais percebida como treinamento para a submissão e a educação política não é orientada para a obediência – e teses como essas podem ser formuladas para todos os sistemas funcionais da sociedade mundial. Pode haver aspectos autoritários na formação do estudante de medicina (Merton, Reader e Kendall, 1957) ou do futuro pesquisador e de outros profissionais. Porém esses padrões autoritários são parciais e percebidos como preparação para o futuro, quando a pessoa em treinamento claramente se tornará um colega, numa situação que será caracterizada pela simetria. Nem mesmo as forças armadas instilam obediência como um traço invariável da pessoa, mas apenas como um papel militar de comportamento. Deve-se ser capaz de mudar de disposição, caso se passe de comandado a comandante.

O argumento pela fraternidade/solidariedade é ligeiramente mais difícil. Porém pode ser dito com clareza que um valor central da sociedade moderna é não vermos a maioria das outras pessoas como inimigos e competidores perigosos, optando ao invés disso por círculos crescentes de solidariedade (Banfield, 1958; Nelson, 1969), que podem incluir eventualmente a humanidade inteira.

Os três valores mencionados aqui, e o tipo ansiado de sociedade que eles projetam, desembocam em uma sociedade baseada em padrões extremamente complicados de diferenciação funcional e de outras formas de formação estrutural que emergem juntas com o sistema social global (redes globais, organizações mundiais, comunidades epistêmicas como formas de formação estrutural complementar à diferenciação funcional (Stichweh, 2007). Porém, trata-se de uma sociedade não-dividida apenas conquanto ela esteja baseada na igualdade universal, em liberdade pessoal ao invés de dependências e em solidariedades básicas que incluam todos os outros humanos. Mas é óbvio que essa não é a sociedade em que vivemos. As preferências valorativas básicas e as promessas da modernidade permanecem incumpridas. Vamos olhar para algumas das principais razões disso a seguir.

DESIGUALDADES PERSISTENTES

Sociedades pré-modernas são em muitos aspectos baseadas em desigualdades atribuídas de antemão. Elas são atribuídas via pertença a estamentos, castas e estratos nos quais se nasce. No curso de vida de cada um se vive essas desigualdades. Deve-se praticar um estilo de vida que demonstre diariamente a própria posição na hierarquia que caracteriza a sociedade. Pessoas são explicitamente

ensinadas a viver em desigualdade e são incessantemente lembradas de sua posição social.¹

Essas desigualdades atribuídas desapareceram em sua maioria com a ascensão da sociedade moderna. Esse desaparecimento é o maior fator de legitimação para a reivindicação da modernidade originar uma sociedade de iguais. A real mudança, entretanto, encontra-se na passagem da desigualdade atribuída, monodimensional e estável (no singular) para desigualdades dinâmicas (no plural). Desigualdades reproduzem a forma de diferenciação primária da sociedade: a diferenciação funcional. Embora, nos sistemas funcionais haja arranjos institucionais que tentem garantir igualdade nas condições de início de seus participantes – uma homogeneização do início (Luhmann, 1990) –, logo surgem pequenas diferenças de resultados as quais frequentemente levam a maiores diferenças que podem crescer continuamente. Essa é a ideia por trás do “Matthew effect” ou da teoria das vantagens cumulativas, proposta por Robert K. Merton (Di Prete e Eirich, 2006; Merton, 1988). Essa teoria parece ser a melhor explicação para as dinâmicas e para a expansão das desigualdades observadas dentro dos sistemas funcionais da sociedade mundial. Os mecanismos básicos propostos pela teoria postulam que pessoas que atingem sucesso cedo em um contexto funcional terão maiores retornos por sucessos posteriores, se comparadas a pessoas que não tiveram bons resultados no início. Portanto, a partir disso, as diferenças cumulativas se expandem, por vezes progressivamente.

Essa teoria é uma abordagem muito boa para explicar desigualdades em sistemas funcionais. Porém, não é a única e não é em si mesma suficiente. Outra abordagem complementar vai estudar não a escalada de performances e retornos, mas sim a distribuição social (pré-ordenada) de retornos, prêmios e posições de elite ou prestígio em um dado sistema social. Se há tal distribuição institucionalizada, ela claramente limitará ou expandirá os efeitos que podem ser produzidos pelas vantagens cumulativas. Se há apenas um pequeno número de prêmios e posições, haverá provavelmente disparidades enormes entre os participantes e essas disparidades não podem ser explicadas por vantagens cumulativas, pois são de alguma forma instantâneas e aparecem quando os prêmios/posições são atribuídos (um bom exemplo seria os prêmios Nobel, que distinguem certos cien-

1 Um bom exemplo é o Mr. Dombey de Dickens. (Dickens, Charles. 1848. *Dombey and Son*. Oxford: OUP, Oxford World's Classics 2008. 65): „I am far from being friendly to what is called by persons of levelling sentiments, general education. But it is necessary that the inferior classes should continue to be taught to know their position, and to conduct them properly. So far I approve of schools.”

tistas de seus pares de estatura similar). Um caso oposto são as profissões que são institucionalizadas ao criar um considerável número de papéis profissionais que produzem um monopólio em um campo profissional (frequentemente dominando um sistema funcional) (Stichweh, 2008). Esses papéis profissionais são frequentemente descritos como de estatura fundamentalmente igual entre pares (uma igualdade de médicos, professores, advogados etc.) e essas igualdades institucionalizadas neutralizam em muitos casos as vantagens cumulativas que estavam em ação. Esse efeito equalizador dos papéis profissionais cumpre, em muitos sistemas sociais, o efeito de estabilizar uma relação assimétrica entre papéis profissionais de prestação de serviço e todos os outros papéis que lhes são clientes, isto é, seu público. Porém, essas relações são assimetrias, e não desigualdades.

Para além do efeito Matthew (i.e das vantagens cumulativas) e dos efeitos posicionais, há um terceiro tipo de desigualdade nos sistemas funcionais. Esses são efeitos de rede. Em redes, não se recebe retornos ou prêmios/posições. Ao invés, adquire-se conexões [*ties*]. Nelas, há um “*preferential attachment*” [acoplamento preferencial] que opera como mecanismo de crescimento de redes pessoais de modo muito similar ao acúmulo de “vantagens cumulativas”. Se alguns participantes já possuem um número significativo de “conexões”, torna-se mais e mais provável que o próximo ator a entrar na rede estabeleça laços com aqueles que já possuem muitos laços. Conexões de rede, assim como estruturas sociais e desigualdades que advêm com eles – especialmente “*structural holes*” [buracos estruturais] (Burt 1992) –, não são o principal retorno individual dos sistemas funcionais. Mas eles obviamente canalizam o acesso a esses retornos principais. Do “*preferential attachment*” podem surgir “vantagens cumulativas” nos termos dos retornos e recursos principais que caracterizam um sistema.

As desigualdades em sistemas funcionais que discutimos até aqui são as desigualdades dominantes na sociedade mundial do presente e não trazem em si mesmas uma sociedade dividida. Conquanto as desigualdades produzam gradações contínuas na distribuição de recursos, pode-se ter a ideia e a esperança de que indivíduos possam, em princípio, conseguir obter mobilidade ascendente, o que, de alguma forma, preveniria descontinuidades que posicionem indivíduos em uma distribuição extrema, sem chances de passagem de um lado a outro. Tão logo essas descontinuidades apareçam e sejam percebidas como tal, temos provavelmente uma sociedade dividida. Um bom exemplo dessa descontinuidade é o fenômeno do 1% nos sistemas econômicos. Se nos dedicamos a compreender a presente distribuição global de renda, percebemos que de 1988 a 2008, o 1% dessa distribuição conseguiu um aumento cumulativo de renda global de 65%. O grupo do 1% consiste

em 70 milhões de pessoas, metade das quais vive nos Estados Unidos, e a maioria dos demais na Europa, Canadá e alguns poucos países asiáticos (Milanovic, 2016; Autor, 2014). As classes médias baixas dos países europeus e norte-americanos, junto às do Japão, posicionam-se no 80º percentual da distribuição mundial de renda – isto é, podem ser consideradas “ricas” para fins de comparação global. Mas seu real ganho cumulativo de renda nos mesmos vinte anos foi perto de 0% e, nesse período, está entre os mais baixos de todos os grupos de renda do Planeta. A diferença entre 65% e 0% de ganhos reais de renda parece ser um exemplo plausível de uma descontinuidade ou de um *gap* que surge em um número de países, o que produz uma sociedade dividida. As consequências de tais desenvolvimentos são facilmente percebidas em termos de níveis de conflito, polarização política, ascensão do populismo e apoio a Trump e ao Brexit.

Para além de descontinuidades surgindo em sistemas funcionais específicos, há outra possibilidade: descontinuidades surgindo em um sistema funcional específico que se tornam causalmente relevantes para desigualdades em outros sistemas funcionais da sociedade. O caso atual mais importante é a educação, especialmente a educação superior. Por centenas de anos, os participantes da educação superior consistiam em um pequeno segmento de elite das populações que, nos países que criaram instituições de ensino superior entre 1200 e 1945, incluía somente 1-5% da população masculina e, em alguns casos, uma fração ínfima da população feminina. Isso se alterou dramaticamente no século XX, especialmente após 1945. Se comparamos os anos 1980 e 2010, a média de jovens – incluindo homens e mulheres – que obtêm um diploma de ensino superior nos países da OCDE e do G20 cresceu de 20% para 40% da população (OCDE, 2011). Do ponto de vista da diferenciação funcional, isso significa sobretudo que o conhecimento adquirido pela educação superior não é mais uma forma ou fonte de conhecimento tão contrastante se comparado aos demais. Torna-se conhecimento universal e relevante para todos os sistemas funcionais da sociedade e, desse modo, se torna mais ou menos um pré-requisito para o acesso a posições de elite em todos eles. Isso deixa visível que a educação superior pode converter-se em uma fonte de desigualdade societal que transcende as fronteiras dos sistemas funcionais e que implica uma possibilidade de divisão da sociedade, separando aqueles com educação superior aos demais. Há outros indicadores econômicos fortes que apontam para essa direção. A média da OCDE para ganhos de pessoas com nível educacional superior, em 2011, era 55% maior se comparada à média de indivíduos com nível educacional inferior. Nesse quesito, há uma variação de 15 a 160% entre os países. Aqueles com as menores vantagens de renda atreladas à educação superior são – com exceção da

Nova Zelândia – os três países escandinavos, Suécia, Dinamarca e Noruega que, em outros aspectos, são também os países mais igualitários do mundo. Parece ser o caso, nos sistemas contemporâneos de estratificação, que haja uma linha divisória separando os estratos inferiores dos superiores, a qual está principalmente conectada à educação. Esse é um desenvolvimento bastante dinâmico com diferenças que aumentam rapidamente. Se olharmos para os Estados Unidos, esse país certamente é um dos mais desiguais do mundo (ao medir-se a desigualdade por ganhos salariais adicionais atrelados à educação superior) (Autor, 2014): os ganhos de renda para pessoas com diploma universitário aumentaram, de 1979 a 2012, com atualização monetária, de 13 para 23 mil dólares no caso das mulheres e de 17 para 35 mil no caso dos homens. Em um período ligeiramente mais longo (1964 a 2012), o ganho salarial adicional – novamente, se comparado com a média das pessoas apenas com ensino médio completo – cresceu de 45% para 95%. Isso é impressionante, dado que nos mesmos 48 anos a participação de graduados com ensino superior no número total de horas trabalhadas na economia dos EUA cresceu de 18% para 52%. (Autor, 2014).

Isso pode ser visto como um forte indicador de uma cisão na economia e na sociedade dos EUA. Metade da força de trabalho do país é composta por egressos universitários e, por esse trabalho, eles são pagos 100% a mais por hora se em comparação aos demais trabalhadores (os 95% mencionados acima referia-se apenas à comparação de diplomados por universidades com graduados do ensino médio; face a níveis educacionais inferiores, os ganhos relativos dos bacharéis são ainda maiores).

DEPENDÊNCIAS ASSIMÉTRICAS E PERVASIVAS

A segunda promessa da modernidade foi a liberdade como desaparecimento de dependências assimétricas. Em uma fórmula famosa, ela foi batizada de “esclarecimento” como a “saída do homem de sua imaturidade autoinfligida” (Kant, 1783, p. 51). Postulados tais quais “liberdade” e “esclarecimento” jamais podem significar a ausência de dependências. A vida social consiste delas, e uma sociedade complexa e diferenciada é um sistema que multiplica e diversifica dependências. Especialmente em termos de conhecimento, há mais e mais sistemas epistêmicos que quase ninguém entende plenamente e que, por isso, estabelecem dependências generalizadas de especialistas e profissionais. Porém os próprios especialistas e profissionais são tão dependentes quanto todos. O escopo da sua expertise é altamente limitado e sua necessidade por mediação é tão forte quanto a dos demais.

O que é realmente problemático são dependências assimétricas pervasivas que impactam em todo o escopo de práticas da vida de uma pessoa. Proponho uma hierarquia de cinco condições que sequencialmente definem sobre o que são as dependências assimétricas. Como primeira condição, há o controle que uma pessoa exerce sobre os recursos que outra pessoa quer possuir ou utilizar. A situação é próxima de uma relação comercial; enquanto houver mercados efetivos, é improvável que dependências significativas venham a emergir nessa base. A segunda condição postula a existência de direitos de controle (às vezes, apenas a facticidade do controle) que uma pessoa exerce sobre as ações de outra (Coleman, 1990). Essa segunda condição implica a possibilidade de direitos de controle pervasivos sobre praticamente todas as ações da outra pessoa, o que estabeleceria uma dependência assimétrica muito forte entre as duas partes. Em algumas sociedades, as relações entre pais e crianças/adolescentes chegam perto desse controle pervasivo sobre potencialmente todas as ações do infante. A escravidão é obviamente mais um caso de controle completo sobre as ações de outra pessoa. Nesse contexto, o controle de ações passa, em muitos casos, pelo controle de recursos que uma pessoa possui, assim como pelo controle do uso desses recursos, muito embora nem sempre a pessoa controladora seja a dona dos recursos.

Entretanto, embora outra pessoa controle minhas ações e o acesso aos recursos que necessito, é possível que haja a possibilidade de vocalizar discordância e protestar contra o controle. Neste cenário, seria possível iniciar conflitos sobre o controle. Isso aponta para uma terceira condição para dependências assimétricas. Essa condição surge quando a possibilidade de comunicação conflitiva (Luhmann, 1984) ou, em outras palavras, a possibilidade de ter “voz” (Hirschman, 1970) é interdita. Na medida em que se possa protestar abertamente, há esperança de, com o tempo, transformar dependências assimétricas por meio da argumentação consistente. Se não há possibilidade de ter “voz”, uma quarta condição deve ser levada em consideração. Essa é a possibilidade da “saída” (Hirschman, 1970). Para dependências assimétricas pervasivas e estáveis, essa é a “*ultima ratio*”, caso se deseje escapar da dependência. Deve-se apenas deixar o sistema – e o efeito dessa opção pode ser tão pervasivo quanto as dependências assimétricas. Porém, se há estratégias que efetivamente inibem a saída, isso estabelece a mais completa dependência que se pode conceber. No entanto, mesmo nessa condição de dependência quase total, há uma última opção e uma última liberdade, da qual advém a quinta e última condição a ser mencionada aqui. Essa é a possibilidade do retiro a uma forma privada de vivenciar o mundo (Luhmann, 1978). É difícil controlar o modo como alguém vivencia o mundo e essa é a razão por que esse pode ser

compreendido como o último domínio da liberdade. É provavelmente característico de sociedades totalitárias que tentem invadir até esse domínio. Campos de reeducação são uma das instituições sociais por meio das quais se tenta estabelecer esse tipo improvável de controle.

A hierarquia de cinco condições determinantes do nível de pervasividade das dependências assimétricas é formulada aqui como um quadro de compreensão geral para todos os tipos de sistemas sociais. Mas e a sociedade moderna? Em muitas de suas estruturas e valores estão embutidos fortes vieses contra dependências assimétricas. Olhemos primeiro para a socialização e a educação: ambas são entendidas como treinamento para autonomia e independência, e de modo algum como treinamento para a submissão. A sociedade baseia-se em indivíduos autônomos produzidos pela educação, e o sistema político da sociedade é entendido como uma democracia auto-organizada que inclui todos por si mesma, e não como uma perspectiva relacional que concebe possibilidades de participação a partir de relações e dependências sociais (Ahlers et al, 2021). É impressionante, nessa seara, o quão tarde os sistemas políticos do século XIX começaram a proteger o ato de votar contra influências potenciais de terceiros. Com o tempo, “votar” redefiniu-se como um ato completamente individual. Pressões e influências não são permitidas nem desejadas (Mares, 2015). Por fim, deve-se olhar para a cultura. Transcendendo os contextos mencionados há pouco, não parece haver valores atrelados à dependência na sociedade moderna, mas sim preferências muito fortes pela liberdade e pela igualdade.

Porém há significativas dependências assimétricas e é importante analisar as circunstâncias em que elas surgem. De algum modo, elas parecem sempre estar vinculadas às “exclusões”. Ser fortemente dependente de indivíduos particulares, de várias pessoas ou de instituições de dependência parece estar relacionado a formas de exclusão social. Vamos distinguir as duas principais formas de dependências assimétricas institucionalizadas na sociedade contemporânea.

A primeira dessas formas é o que foi denominado “exclusão inclusiva” por diversos autores (Bohn, 2006; Stichweh, 1997; Stichweh, 2016). O ponto inicial da “exclusão inclusiva” é o diagnóstico ou atribuição de incapacidades, deficiências e desvios a pessoas, diagnóstico que é de praxe feito por um dos muitos especialistas funcionais da sociedade moderna. Se a limitação é significativa, exclusões podem resultar dela: é muito difícil encontrar trabalho em alguns casos, como sabem pessoas seriamente doentes, com deficiência ou que tenham cometido um crime. Para a modernidade, é característico que essas exclusões tomem a forma de inclusão: seja na forma de usuário do sistema de seguridade pública, de paciente

em um hospital ou em uma casa de repouso, de uma aluna com deficiência em uma escola especial ou de um criminoso na cadeia. Essas organizações são contextos bastante restritivos que criam fortes assimetrias e dependências. Elas frequentemente podem ser descritas como “instituições totais” no sentido de Goffman (1961). As relações pervasivas de dependência assimétrica que surgem desse modo alegam impor limites a si mesmas. A intenção declarada da maioria dessas instituições é conduzir as pessoas de volta à sociedade convencional [*mainstream society*]. Porém, se elas falham em cumprir suas intenções institucionais – e elas não raro falham –, podem contribuir para a ascensão de uma “*outer class*” [classe excluída] (Ifill, 1993), um dos indicadores de uma sociedade dividida.

A segunda forma de exclusão social de enorme relevância local e global deveria ser chamada de “inclusão exclusiva” (Stichweh, 2009). As pessoas, grupos e populações envolvidas são parcialmente as mesmas que são objeto da exclusão inclusiva. Nessa segunda forma de exclusão social, os processos não começam com um evento possivelmente avaliado como negativo (perda do emprego, doença séria ou deficiência) ou com uma sanção negativa (sentença penal). Ao contrário, começam com uma sanção aparentemente positiva que oferece às pessoas em situações limítrofes pertença a um estilo holístico de vida. Isso pode ser a participação em uma gangue, uma seita religiosa total, um grupo terrorista, um partido ultraradical, uma profissão insuspeita em um país distante, uma posição de muitos anos em um navio. Porém em todos esses casos, os novos contextos de pertença podem provar-se totais e totalizantes, bloqueando a possibilidade de outras pertenças atuais e futuras na sociedade. Frequentemente, não há saída. A organização nunca quer e nunca permite que as pessoas saiam dali. Já há um corpo significativo de literatura descritiva (e de ativismo social) sobre o tema da “Escravidão Moderna” (O’Connell Davidson, 2015; Roberts, 2015). Mas a nível conceitual, ainda estamos bem nos primórdios. Nossa hipótese é que a maioria dos casos de “escravidão moderna” tem a ver com estruturas da inclusão exclusiva. No começo, frequentemente há uma oferta de inclusão, uma esperança e uma promessa de saída potencial da marginalidade. Mas essa oferta enganosa oferece resultados de exclusão permanente, com poucas chances de retorno à “normalidade” societal.

POLARIZAÇÃO SOCIOCULTURAL

Pela maior parte da história humana, sociedades estruturavam-se em torno da coleta e da caça. Elas eram pequenos sistemas sociais – quase sempre incluindo algumas centenas de pessoas – nos quais todo mundo conhecia todo mundo e em que o controle social e a solidariedade obrigatória tinham sua base em uma

“sociedade da presença” formada pelas interações entre os membros (Schlögl, 2014). Para a maior parte desses sistemas sociais pequenos, todos os outros seres humanos vivendo na terra eram “estranhos” e seus membros tinham boas razões para considerar estranhos como inimigos (Stichweh, 2010, 2017). Estranhos que se encontrassem acidentalmente não saberiam nada uns dos outros. Esse é o caso mais puro de “dupla contingência” (Luhmann, 1984).² Nesse contexto, parece ser um caminho razoável de mitigação de riscos atribuir a esses estranhos desconhecidos as intenções mais hostis possíveis e, portanto, considerá-los inimigos.

A evolução sociocultural e ascensão dos amplos sistemas territoriais e, finalmente, da sociedade global amplia o círculo daqueles sobre quem sabemos o suficiente para não os considerar como inimigos. A terceira promessa e esperança da modernidade global é a antecipação da fraternidade e da solidariedade a todos os humanos vivendo na Terra. Essa ideia está presente no Esclarecimento e na Revolução Francesa, assim como em muitos outros movimentos sociais e intelectuais que lhes sucederam.

A terceira esperança se torna a terceira frustração da sociedade moderna. “Irmandade tribal” não se torna “irmandade universal” (Nelson, 1969). Benjamin Nelson propõe, como alternativa, uma “alteridade universal” [*universal otherhood*] como descrição adequada da sociedade moderna. Essa é uma boa proposta, uma vez que leva em consideração a institucionalização da individualidade como invenção-chave da sociedade moderna. “Alteridade” é mais compatível com diversidade e diferenciação como registros da sociedade mundial. A grande frustração, entretanto, vem do “outro como inimigo” retornar na forma da polarização sociocultural. Há, para isso, muitas formas e variantes.

A primeira dessas formas é o medo e a prática da violência (Elias, 1976), seguida pelo medo da criminalidade (Merry, 1981) e, então, pelo medo do terrorismo. Todas as três formas são temas que produzem e simbolizam divisões da sociedade, uma cisão societal entre aqueles que são vistos como ameaça à ordem social, e aqueles que reivindicam defendê-la. A violência física descontrolada pode ser vista como uma forma própria ao início da modernidade. Ela é praticada por aqueles que são violentos e, também, pelos defensores da ordem, que punem os violadores de maneiras extremamente violentas.

2 Apenas encontros entre civilizações no espaço são ainda mais incertos. Cixin Liu construiu uma “sociologia cósmica” extraordinariamente inventiva na base de uma interpretação cósmica da dupla contingência. Liu, Cixin. 2015 - 2017. *The Three-Body Problem* (Vol. 1-3). London: Head of Zeus.)

A criminalidade é o equivalente moderno da violência pré-moderna. O comportamento criminoso é frequentemente orientado a fins, racional e pode ser visto como parte do disciplinamento social da sociedade (Oestreich, 1980). Mas ele nega normas constitutivas e valores, de modo que o criminoso é, para muitos, a figura que representa o outro como inimigo. Não é uma surpresa que aqueles que enxergam imigrantes e refugiados como outros perigosos não raro gastem muita energia tentando provar que a maioria dos criminosos vêm de um grupo de imigrantes e refugiados. Há uma contradição óbvia nas disposições modernas para com os criminosos: de um lado, há a tradição de Beccaria e outros autores do Esclarecimento que veem a punição como forma de ressocializar os criminosos. Por outro lado, o medo dos criminosos e os estereótipos negativos atribuídos a eles são muito fortes. É característico que a primeira campanha presidencial inteiramente negativa e destrutiva da história norte-americana recente, a disputa entre George Bush e Michael Dukakis em 1998, tenha terminado com uma vitória de Bush (em 40 estados), embora ele tenha iniciado a corrida eleitoral 17 pontos percentuais atrás do seu opositor nas pesquisas. Nessa campanha, o tema mais proeminente se tornou a história de um criminoso afro-americano que estuprou e agrediu uma mulher durante uma saída temporária. O fato do perpetrador ser preto não foi mencionado explicitamente pela campanha de Bush (Nagourney, 2020). Mas havia uma mensagem potente e implícita que combinava a alteridade sociocultural das pessoas pretas com o desvio radical de atos criminosos atribuídos a elas. Esse acoplamento forte de diferentes identidades, fortalecido pela comunicação implícita, é frequentemente o material por meio do qual polarizações socioculturais são construídas (Mendelberg, 2001).

Outra questão central é a “negatividade”. Não se argumenta em prol das formas de vida e políticas [*polícies*] que se prefere. Ao contrário, pinta-se um quadro complexo do outro como radicalmente diferente e, portanto, como inimigo. Ao olhar para a política norte-americana, Ezra Klein fala de “partidarismo negativo”: “um comportamento partidário que é movido, não por sentimentos positivos em relação ao partido que se apoia, mas sim por sentimentos negativos para com o partido que se opõe” (Klein, 2020, p. 9-10) – e ele ainda explica a maior disposição para votar ao longo do tempo pela prevalência de sentimentos negativos no eleitorado: “nos tornamos mais fieis ao partido em que votamos não porque passamos a gostar mais dele... mas porque passamos a desgostar ainda mais do partido opositor” (Klein, 2020, p. 10). Isso é conectado a uma mudança de assuntos para identidades. Klein faz um argumento interessante ao pontuar que não há “divergência na diversidade” [*diversity divergence*] na política dos Estados Unidos. A crescente diversidade

demográfica da sociedade americana se movimenta sobretudo em prol do Partido Democrata, o que leva a um aumento ainda maior da diferença demográfica entre os dois partidos. Em 1952, dos eleitores que se identificavam como democratas, 6% não eram brancos; enquanto para os republicanos, a porcentagem era de 2%. Em 2012, a porcentagem de não-brancos com identificação democrata saltou para 43% em oposição a 9% de não-brancos republicanos. Como migrantes vivem primariamente em cidades, a “divergência na diversidade” produz ademais uma “divergência na densidade”. Pode-se prever a orientação política de uma comunidade com base em sua densidade populacional. E, finalmente, surge a conexão com identidades. Eleitores que possuem engajamento político fraco olham para questões políticas e políticas públicas tendo em vista os próprios interesses materiais. No entanto, quanto mais forte o engajamento político dos eleitores se torna, mais eles passam a olhar para questões em termos de identidade: “o que esta decisão política específica diz sobre mim?” (Klein, 2020, p. 63).

Uma última dimensão central é a educação. A divisão entre bacharéis/não-bacharéis, outrossim central para a desigualdade, é fortemente conectada à polarização sociocultural. Como já pontuamos acima, nos EUA, a cisão educacional divide o país em duas metades aproximadamente iguais. Hillary Clinton, que ganhou o voto popular, mas perdeu a eleição de 2016, argumentou de um modo relativamente excessivo em prol das elites urbanas e instruídas dois anos depois: “eu ganhei em lugares que representam dois terços do PIB da América. Ganhei em lugares que são otimistas, diversos, dinâmicos, progressistas” (Klein, 2020, p. 41). O que se torna claro aqui é como os lados de uma situação de polarização sociocultural se excluem reciprocamente. E eles o fazem por temer serem excluídos pelo outro lado, eles reciprocamente temem se tornar “estranhos na própria terra” (Hochschild, 2016).

INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Olhando para as três dimensões de divisão societal examinadas neste artigo, surge a questão se há uma forma de diferenciação societal que permita entender a ascensão e a interconectividade dessas divisões. Minha proposta é olhar para os dois aspectos primários da diferenciação da sociedade que definem a modernidade global: a diferenciação funcional e inclusão/exclusão.

Os sistemas funcionais da sociedade moderna são mais ou menos baseados em inclusão universal (de indivíduos). Pode-se postular que eles partem da premissa (e da promessa) de igualdade na inclusão para todos. A desigualdade que observamos não é uma contradição, mas o resultado de processos extremamente dinâmicos que surgem em todos os sistemas funcionais a partir de milhões e, finalmente,

bilhões de endereços de inclusão individual. A desigualdade não é a desigualdade tradicional. Ela vem das revoluções inclusivas da modernidade.

Algo diferente ocorre com a gênese de dependências assimétricas pervasivas e fortes. Elas não estão conectadas ao lado “inclusão” da forma “inclusão/exclusão”. Ao contrário, se referem a exclusões. Isso é verdade nas duas principais formas de exclusão: por um lado, exclusões que emergem de deficiências e desvios e que são administradas por organizações inclusivas que constroem dependências fortes; por outro, as inclusões sedutoras de organizações marginais, das quais é possível que nunca se consiga sair.

A terceira força divisiva é a polarização sociocultural. Ela é, mais uma vez, referente ao lado “exclusão”, mas de um modo completamente diferente. A polarização sociocultural introduz uma divisão em uma população, uma divisão que é baseada em medo de ser excluído da sociedade pela preponderância de um grupo opositor. Esse medo de exclusão é compartilhado por ambos os lados da distribuição polar. Em outras palavras, o medo recíproco da exclusão ou o medo recíproco de ser tornado um estranho cria um tipo de dupla contingência negativa, na qual a construção da confiança não se firma e, ao invés, a desconfiança é intensificada em ambos os polos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHLERS, Anna L., Damien Krichewsky, Evelyn Moser, and Rudolf Stichweh. 2020. *Democratic and Authoritarian Political Systems in 21st Century World Society. Vol. 1 - Differentiation, Inclusion, Responsiveness*. Bielefeld: Transcript.
- AUTOR, David H. 2014. “Skills, education, and the rise of earnings inequality among the “other 99 percent”. *Science*, v. 344, p. 843-51.
- BANFIELD, Edward C. 1958. *The Moral Basis of a Backward Society*. New York: Free Press.
- BOHN, Cornelia. 2006. *Inklusion, Exklusion und die Person*. Konstanz: UVK.
- BURT, Ronald S. 1992. *Structural Holes. The Social Structure of Competition*. Cambridge, Mass.: Harvard U.P.
- COLEMAN, James S. 1990. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- DICKENS, Charles. 1848. *Dombey and Son*. Oxford: OUP, Oxford World's Classics 2008.
- DIPRETE, Thomas A., and Gregory M. Eirich. 2006. “Cumulative Advantage as a Mechanism for Inequality.” *Annual Review of Sociology* 32:271-97.
- DURKHEIM, Émile. 1893. *De la division du travail social*. Paris: P.U.F. 1973.
- ELIAS, Norbert. 1976. *Über den Prozeß der Zivilisation. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.

- GOFFMAN, Erving. 1961. *Asyle. Über die soziale Situation psychiatrischer Patienten und anderer Insassen*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp 1973.
- HIRSCHMAN, Albert O. 1970. *Exit, Voice and Loyalty. Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*. Cambridge/Mass.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. 2016. *Strangers in Their Own Land. Anger and Mourning on the American Right*. New York: The New Press.
- IFILL, Gwen. 1993. "Clinton's Tightrope; Presidency Takes on Shifting Politics Of U.S. Role in Curbing Violent Crime." in *The New York Times*. New York.
- KANT, Immanuel. 1783. „Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?“ p. 51-61 in *Werke Bd. 9*, edited by Wilhelm Weischedel. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft 1975.
- KLEIN, Ezra. 2020. *Why We're Polarized*. New York: Avid Reader Press.
- KLUCKHOHN, Clyde. 1951. "Values and Value Orientations in the Theory of Action: An Exploration in Definition and Classification." Pp. 388-433 in *Toward a General Theory of Action*, edited by Talcott Parsons and Edward A. Shils. New York: Harper & Row.
- LIU, Cixin. 2015 - 2017. *The Three-Body Problem (Vol. 1-3)*. London: Head of Zeus.
- LUHMANN, Niklas. 1978. „Erleben und Handeln.“ p. 67-80 in *Soziologische Aufklärung 3*, edited by Niklas Luhmann. Opladen: Westdeutscher Verlag 1980.
- LUHMANN, Niklas. 1984. *Soziale Systeme: Grundriß einer allgemeinen Theorie*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- LUHMANN, Niklas. 1990. Die Homogenisierung des Anfangs: Zur Ausdifferenzierung der Schulerziehung.“ p. 73-111 in *Zwischen Anfang und Ende: Fragen an die Pädagogik*, edited by Niklas Luhmann and Karl Eberhard Schorr. Frankfurt a.M.
- MARES, Isabela. 2015. *From Open Secrets to Secret Voting. Democratic Electoral Reforms and Voter Autonomy*. Cambridge: Cambridge U.P.
- MENDELBERG, Tali. 2001. *The Race Card. Campaign Strategy, Implicit Messages, and the Norm of Equality*. Princeton: Princeton University Press.
- MERRY, Sally Engle. 1981. *Urban Danger. Life in a Neighborhood of Strangers*. Philadelphia: Temple University Press.
- MERTON, Robert King. 1988. "The Matthew Effect in Science, II. Cumulative Advantage and the Symbolism of Intellectual Property." *ISIS* 79:606-23. Merton, Robert King, George G. Reader, and Patricia L. Kendall. 1957. *The Student Physician: Introductory Studies in the Sociology of Medical Education*. Cambridge/Mass.: Harvard University Press.
- MILANOVIC, Branko. 2016. *Global Inequality. A New Approach for the Age of Globalization*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press.
- NAGOURNEY, Adam. 2020. "1988 rally could help show way for Trump." in *The New York Times International Edition*.

- NELSON, Benjamin. 1969. *The Idea of Usury. From Tribal Brotherhood to Universal Otherhood*. Chicago: University of Chicago Press.
- O'CONNELL DAVIDSON, Julia. 2015. *Modern Slavery: The Margins of Freedom*. London: Palgrave Macmillan.
- OECD. 2011. "Education at a Glance. OECD Indicators." in <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2011-en>: OECD Publishing.
- OESTREICH, Gerhard. 1980. *Strukturprobleme der frühen Neuzeit*. Berlin: Duncker & Humblot.
- Ozouf, Mona. 1997. "Liberté, égalité, fraternité." p. 4353-88 in *Les Lieux de mémoire*, edited by Pierre Nora. Paris: Gallimard.
- ROBERTS, John. 2015. *Freedom as Marronage*. Chicago: University of Chicago Press.
- SCHLÖGL, Rudolf. 2014. *Anwesende und Abwesende. Grundriss für eine Gesellschaftsgeschichte der frühen Neuzeit*. Konstanz: Konstanz University Press.
- STICHWEH, Rudolf. 1997. „Inklusion/Exklusion, funktionale Differenzierung und die Theorie der Weltgesellschaft.“ *Soziale Systeme* 3:123-36.
- STICHWEH, Rudolf. 2007. "The Eigenstructures of World Society and the Regional Cultures of the World." p. 133-49 in *Frontiers of Globalization Research: Theoretical and Methodological Approaches*, edited by Ino Rossi. New York: Springer.
- STICHWEH, Rudolf. 2008. „Professionen in einer funktional differenzierten Gesellschaft.“ p. 329-44 in *Moderne Mythen der Medizin. Studien zur organisierten Krankenbehandlung*, edited by Irmhild Saake and Werner Vogd. Wiesbaden: VS Verlag.
- STICHWEH, Rudolf. 2009. „Leitgesichtspunkte einer Soziologie der Inklusion und Exklusion.“ p. 29-42 in *Inklusion und Exklusion. Analysen zur Sozialstruktur und sozialen Ungleichheit*, edited by Rudolf Stichweh and Paul Windolf. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- STICHWEH, Rudolf. 2010. *Der Fremde. Studien zu Soziologie und Sozialgeschichte*. Berlin: Suhrkamp.
- STICHWEH, Rudolf. 2013. "The History and Systematics of Functional Differentiation in Sociology." p. 50-70 in *Bringing Sociology to International Relations. World Politics as Differentiation Theory*, edited by Mathias Albert, Barry Buzan, and Michael Zürn. Cambridge: Cambridge U.P.
- STICHWEH, Rudolf. 2016. *Inklusion und Exklusion. Studien zur Gesellschaftstheorie*. Bielefeld: Transcript.
- STICHWEH, Rudolf. 2017. „Gibt es Fremde der Weltgesellschaft? Der Fremde und die soziokulturelle Evolution des Gesellschaftssystems.“ p. 245-53 in *Europa Neu Denken, Bd. 4*, edited by Ilse Fischer and Johannes Hahn. Salzburg: Anton Pustet.

Recebido: 19/04/2022 | Aprovado: 26/05/2022